

A TUTELA DOS QUILOMBOLAS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: JULGAMENTO DA ADI 3.239

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/142



Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI - Thomson Reuters do Brasil
- Revista dos Tribunais RT ; ISSN 2526-8120; doi.org/10.48143/rdai; 10.48143; artigos;
Investigação; ciência; teoria; pesquisa; memória; entrevista; tradução; Direito; Jurídica;
Eletrônica; Digital; 0000-0001-8891-7080; 0000-0002-4161-9390; 0000-0003-1781-
1726

1. Início /
2. Arquivos /
3. v. 2 n. 7 (2018) /
4. Artigos

THE protection of quilombolas and the Supreme Federal Court: judgment of ADI 3.239

Rodrigo Bordalo Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, São Paulo, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/07.rb>

Palavras-chave: ADI 3 - 239, Remanescentes das comunidades quilombolas, Artigo 68 do ADCT, Regulamentação pelo Decreto 4 - 887/2003, Avaliação de sua constitucionalidade

Resumo

O artigo traça um panorama do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239, na qual o Supremo Tribunal Federal apreciou a tutela jurídica dos remanescentes das comunidades quilombolas, objeto de regramento pelo Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para demarcação das áreas ocupadas por tais populações. O ponto de partida envolve o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que assegura a propriedade definitiva sobre essas terras, impondo ao Poder Público o dever de emitir os respectivos títulos de domínio coletivo.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Rodrigo Bordalo, Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, do Centro Preparatório Jurídico (CPJUR) e da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Procurador do Município de São Paulo.
rodrigobordalo@hotmail.com

Referências

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da Administração Pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ISSN 2526-8120

7 | RDAI

outubro / dezembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-12-30

Edição

v. 2 n. 7 (2018)

Seção

Artigos

##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

Rodrigo Bordalo, Ressarcimento ao Erário e atuação do Tribunal de Contas: a questão da prescrição sob o olhar do STF (RE 636.886/AL), Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI: v. 4 n. 15 (2020)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.